

# ECONOMIA

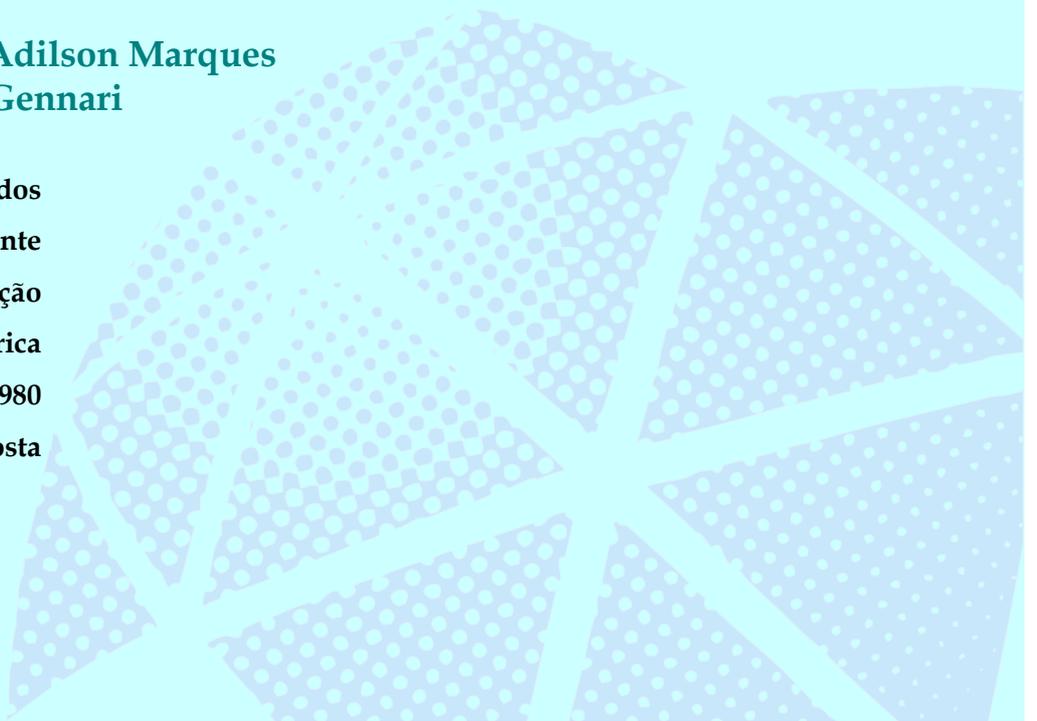
Programa de Pós-Graduação em  
Economia  
Unesp - Araraquara

## Textos para Discussão

**1**

**Adilson Marques  
Gennari**

Investigação acerca dos  
fatores potencialmente  
causadores da elevação  
da pobreza na América  
do Sul no período 1980  
- 2002: uma proposta  
metodológica



**TABELA I**  
**AMÉRICA DO SUL: população. Est. 2006**

Países	População Est. 2006
01. Argentina	39,1
02. Bolívia	9,4
03. Brasil	188,9
04. Chile	16,5
05. Colômbia	46,3
06. Equador	13,4
07. Guiana	0,8
08. Paraguai	6,3
09. Peru	28,4
10. Suriname	0,5
11. Uruguai	3,5
12. Venezuela	27,2
Total:	380,3

Fonte: a) *Atlas National Geographic*, p. 16.

A América do Sul estende-se do istmo do Panamá até o estreito de Drake, ao sul. É composto por 12 países independentes e 2 colônias (Ilhas Malvinas e Guiana Francesa), conforme quadro abaixo. Possui uma população total de 380 milhões de habitantes em seus 17,8 milhões de km<sup>2</sup>.

**TABELA II**  
**AMÉRICA DO SUL: PIB estimativa 2004**

Países	PIB US\$ milhões
01. Argentina	153.014
02. Bolívia	8.773
03. Brasil	596.000
04. Chile	94.105
05. Colômbia	97.718
06. Equador	30.282
07. Guiana	786
08. Paraguai	7.343
09. Peru	68.637
10. Suriname	3.136
11. Uruguai	13.215
12. Venezuela	110.104
Total:	1.183.113

Fonte: a) *Atlas National Geographic*, p. 16. b) PIB do Brasil, fonte IBGE.

A maior densidade populacional encontra-se no Equador com 47 habitantes por km<sup>2</sup> e a menor encontra-se nas Ilhas Malvinas com apenas 0,25 hab./km<sup>2</sup>. No que tange aos

idiomas utilizados pelas populações do subcontinente, verificamos uma enorme gama de idiomas e dialetos. Temos o espanhol, o português, o francês, o holandês, o inglês, o guarani (Paraguai), o crioulo (Guiana Francesa), o javanês (Suriname), o quíchua (Peru entre outros), o aimará (Bolívia) guaicuru (Argentina) e vários idiomas indígenas (Brasil entre outros).

### 3. Pobreza

O conceito de “pobreza” define a parte da população que vive com uma renda entre um a dois dólares por dia. Segundo a CEPAL (2006), o enfoque utilizado para estimar a pobreza consiste em classificar como “pobre” uma pessoa quando sua renda é inferior a da linha da pobreza. O equivalente mensal em dólares das linhas da pobreza mais recentes varia entre 45 e 157 dólares nas áreas urbanas, e entre 32 e 98 dólares nas áreas rurais.

Segundo Estenssoro (2003: 81), “as análises sobre a pobreza distinguem geralmente entre a *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*. A *pobreza relativa* (desigualdade) diz respeito a unidades de análise que são pobres em relação a outras unidades mais ricas. Já a *pobreza absoluta* caracteriza exclusivamente a situação da unidade analisada, sem haver comparações. Assim, *pobreza absoluta* existe quando a vida dos envolvidos se vê afetada por carências físicas ou sócio-culturais (...) Pobres são então aqueles que não podem satisfazer suas necessidades materiais ou sócio-culturais mínimas ou fundamentais.”

Na avaliação do Banco Mundial (2001) a pobreza está associada principalmente a três fatores: localização numa área pobre; baixa escolaridade e família numerosa. Tanto o Banco Mundial quanto o BID adotam a perspectiva do rendimento, ou seja, a pobreza é definida quando um ser humano se encontra abaixo da linha da pobreza. O Banco Mundial estabelece como linha da pobreza o rendimento de US\$ 1 por dia por pessoa. Já o BID entende que a linha da pobreza está situada em US\$ 2 por dia por pessoa. A CEPAL, entretanto, possui uma abordagem mais ampla, na medida em que considera a pobreza como a privação de diversos elementos que inclui educação, saúde, alimentação, serviços e inserção no mercado de trabalho. O PNUD também possui uma abordagem bastante ampla reconhecendo em seu conceito de pobreza até moradia e situação de saúde, ou seja, o

PNUD examina a totalidade das condições que permite a um indivíduo e sua família participarem da sociedade sem privações e sem necessidades.

A América Latina foi palco de grandes transformações sócio-econômicas no período recente. Tais mudanças foram impulsionadas, de um lado, pela mutação no padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial, denominada por globalização ou mundialização do capital, e, de outro lado, pelas medidas de ajuste estrutural e propostas do consenso de Washington, implementadas, em menor ou maior grau, em todos os países da América Latina a partir dos anos 1980.

O panorama social da América latina na virada do século é complexo. Quase metade da população vive em condições de pobreza. Em 2000, por exemplo, a América Latina possuía uma população estimada em 516 milhões de habitantes dos quais aproximadamente 215 milhões estavam em situação de pobreza. Certamente a concentração da renda é um importante agravante da pobreza. O coeficiente de Gini é geralmente aceito como medida de concentração de renda. Os dados da tabela III, apresentados pela CEPAL para alguns países da América do Sul, demonstram que a situação social desfavorável de alguns países é agravada por uma realidade de altos índices de concentração de renda. Até 2002, podemos identificar o Brasil e a Bolívia, como os países mais problemáticos neste quesito, cujo grau de concentração de renda é classificado como “muito alto”. A maior parte dos países se encontram na estratificação alta e média de concentração de renda. A exceção honrosa fica apenas para o Uruguai.

**TABELA III**  
**AMÉRICA DO SUL: COEFICIENTE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:**  
**2000-2002 (países selecionados)**

<b>PAIS</b>	<b>ÍNDICE DE GINI</b>	<b>ESTRATIFICAÇÃO</b>
Brasil	0,639	Muito alto
Bolívia	0,614	Muito alto
Argentina	0,578	Alto
Paraguai	0,570	Alto
Colômbia	0,569	Alto
Chile	0,559	Alto
Peru	0,525	Alto
Equador	0,513	Médio
Venezuela (Rep. Bol.)	0,500	Médio
Uruguai	0,455	Baixo

Fonte: CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2006*.

As transformações experimentadas pelo mundo todo no final do século passado foram impulsionadas, em parte, por pressões exercidas pelos novos sujeitos sociais. Se de um lado, a classe trabalhadora se viu diante de novos desafios tanto organizacionais quanto da própria pauta de luta, os empresários, por seu turno, mudaram o ambiente na medida em que as novas corporações ganharam características totalmente novas. Dito de outro modo, as reformas neoliberais que varreram o mundo tiveram como um de seus determinantes as novas exigências e necessidades das novas *corporações de escopo* (Braga, 1997) e exigem um ambiente econômico e político que contenha abertura de mercados, desregulamentação das relações do trabalho, flexibilização institucional, estabilidade cambial, etc.

O chamado mundo do trabalho sofreu profundo abalo na virada do século e a elevação nos níveis de desemprego e informalização das relações trabalhistas certamente tiveram um papel relevante no que tange à evolução da pobreza. Com efeito, as forças racionalizadoras, liberadas pela chamada terceira revolução industrial, são mais intensas do que as forças geradoras de emprego. Os dados para a América Latina são enfáticos nesse sentido. Conforme a tabela IV, se em 1990 a taxa de desemprego era de 6,2%, em 2002 atingia a taxa de 10,7%. As mudanças não foram apenas quantitativas, mas também assumiram um caráter qualitativo no sentido de mudar o perfil do mercado de trabalho. Segundo o relatório da CEPAL (2007: 130), “el proceso de globalización y transformación productiva en curso desde hace algunas décadas no solo ha supuesto una reorganización profunda de los sistemas productivos, la estructura ocupacional y los mercados de trabajo a escala mundial, sino que ha planteado nuevos e importantes desafíos para la investigación y el diseño de políticas en el ámbito del empleo.” Um indicador das profundas transformações é sem dúvida o percentual de trabalhadores assalariados com contrato formal. Segundo os dados da CEPAL, se em 1990 havia 46,7% de trabalhadores formais, em 2002 este percentual decaiu para 41,7%, ou seja, menos da metade dos trabalhadores latino-americanos possuem o estatuto de trabalhadores formais com amplas conseqüências no âmbito dos direitos e da cidadania. No que tange ao desemprego, com exceção da Bolívia e do Peru, todos os demais países experimentaram elevações expressivas nos níveis de desemprego.

Outro aspecto relevante do rol de reformas é sem dúvida o processo de privatizações que ocorreu em todo o continente latino-americano, pois impactaram, em alguns países, diretamente no nível de emprego. Segundo Chesnays (1995: 9) “o movimento de centralização e concentração vem se desenvolvendo há mais de dez anos de um modo sem precedentes, impulsionado pelas exigências da concorrência aos grupos mais fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas suas fatias de mercado e reestruturar e ‘racionalizar’ suas capacidades produtivas, sendo favorecidos e facilitados pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização”.

Segundo o relatório do NPP/EAESP/NPP (2001: 15), “foi na Inglaterra que as privatizações se tornaram a espinha dorsal da reforma do Estado. Logo depois que assumiu a chefia do governo britânico, Mrs Thatcher submeteu o Estado inglês a um rigoroso regime de emagrecimento, iniciado com a dispensa de parte do funcionalismo inglês e que desembocou num ambicioso programa de privatizações.”

TABELA IV  
AMÉRICA LATINA: TAXA DE DESEMPREGO (países selecionados)

PAÍS	ANO	%	ANO	%
Argentina	1990	6,0	2002	18,0
Bolívia	1989	9,4	2002	6,6
Brasil	1990	4,5	2001	10,9
Chile	1990	8,8	2000	11,0
Colômbia	1991	9,4	2002	17,6
Equador	1990	6,2	2002	9,2
Paraguay	1990	6,4	2000	11,7
Peru	1997	10,3	2001	7,3
Uruguai	1990	9,2	2002	17,2
Venezuela (RB)	1990	9,9	2002	16,4
América Latina	1990	6,2	2002	10,7

Elaborado a partir de CEPAL: panorama social 2006, pp. 116, 126, 131, 132

A política econômica adotada pelo governo da Primeira Ministra Margareth Thatcher caracterizou-se por uma agenda que tinha no seu centro a abolição dos controles

sobre os fluxos de capitais financeiros, somada à contração da emissão monetária, aumento das taxas de juros, corte dos gastos públicos, amplo programa de privatizações, além do fim de restrições às importações e das reformas nas relações de trabalho. Tais medidas rapidamente ganharam o caráter de paradigma.

A sociedade latino-americana vem experimentando, desde pelo menos meados dos anos oitenta, algumas mudanças profundas, representadas de um lado pela abertura política, e de outro, pela crise econômica, oriunda fundamentalmente do esgotamento do padrão de financiamento da acumulação e de mudanças estruturais. Se somarmos a esse legado, três questões fundamentais como: a) transformação estrutural por que passava o capitalismo, (Ianni, 1992; Piore & Sabel, 1984) relacionada à terceira revolução tecnológica (microeletrônica, informática, robótica, novos materiais, novas energias, etc); b) a quase-hegemonia do ideário neoliberal na Europa e nos Estados Unidos, (Sader, 1995) e c) a derrocada do socialismo real, simbolizada pela queda do muro de Berlim (Kurz, 1992); teremos um quadro representativo dos dilemas e mudanças que sacudiram a América Latina na virada do século.

Na América Latina o ideário neoliberal encontrou sua mais acabada expressão e sistematização no encontro realizado em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, como “consenso de Washington”. Segundo Anderson (1995), é fundamental ressaltar que a globalização recente do capitalismo implicou, entre outras coisas, a implementação de um conjunto de medidas e de recomendações de política econômica e de política externa semelhantes em quase todos os países do mundo. Dentro desse conjunto de medidas, as mais relevantes incidiram sobre os seguintes aspectos: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos no sentido de combate ao déficit; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) flexibilização do regime cambial; f) abertura comercial; g) estímulo ao investimento direto estrangeiro; h) privatização; i) desregulamentação das relações de trabalho e j) regulação da propriedade intelectual.

A política de estabilização, reconhecida pelos Governos como aspecto mais importante no curto prazo, e na medida em que tem na âncora cambial seu aspecto decisivo, tornou deliberadamente a política externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. Assim, os países da América Latina adotaram

o chamado programa de ajuste estrutural que surgiu no início dos anos 1980. Segundo Mora-Alfaro (2007:19), “um programa de ajuste estrutural é a condição imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial a um país para outorgar-lhe respaldo financeiro destinado a enfrentar um grave problema de pagamentos internacionais. Trata-se de uma receita única e de pretensa validade universal aplicada independente da situação particular de cada país. (...) Os programas de ajuste estrutural compreendem medidas estabilizadoras, que reduzem a demanda, e de medidas estruturais, que atuam sobre a oferta. Tenta corrigir o déficits excessivos do setor público e da balança de pagamentos.”

Na avaliação de Chesnays (1995: 16), “com exceção de um pequeno número de ‘novos países industrializados’ que haviam alcançado, antes de 1980, um grau de desenvolvimento suficiente para se adaptar (...) aos novos ritmos da produtividade do trabalho (...) os países em desenvolvimento já não são mais, como na época ‘clássica’ do imperialismo, países subordinados, reservatórios de matérias-primas ou de mão-de-obra barata (...) Eles já não oferecem nenhum interesse.” Entretanto, todo o processo de desenvolvimento capitalista, de investimentos diretos estrangeiros, de fusões e aquisições e de privatizações, apontam no sentido de que alguns países da América Latina, com destaque para o Brasil, o México e a Argentina são exemplos tais de exceções.

No Brasil, a abrupta política de abertura comercial e desregulamentação financeira abriu caminho para uma mudança na estrutura da economia. Tal processo foi seguido de maneira cambiante pelo Governo Itamar Franco e aprofundado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso até o final da década de 1990. Segundo Gonçalves (1999: 134), no governo FHC é que se constata, pela primeira vez na história econômica recente do país, um nítido e forte processo de desnacionalização, que vem acompanhado da perda de posição relativa, tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais.

Para a análise expressada pelo PNUD, “a inevitabilidade da *globalização*, isto é, de uma expansão e aprofundamento dos fluxos internacionais de comércio, finanças e informação, num mercado global único e integrado, não significa que este processo esteja conduzindo ao melhor resultado em termos de crescimento e desenvolvimento humano, principalmente se observarmos que ele ocorre de maneira discriminatória e prejudicial para os países pobres.” (Estenssoro, 2003: 126)

Na nova configuração histórica do capitalismo, as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento ganham novos significados. É possível supor que a visão clássica de Celso Furtado, relacionada à heterogeneidades estruturais tenha sido abalada pelo avanço atual do capitalismo na *periferia*. Sem embargo, no atual capitalismo mundializado, subdesenvolvimento pode significar, entre outras coisas, superpopulação relativa explosiva; crescimento desmesurado da chamada hiper-periferia das grandes cidades, que se expressa em desenfreado crescimento das favelas; crescimento da violência organizada; e por fim, de índices extravagantes de pobreza e de indigência.

Os dados da tabela V sobre o panorama social dão conta de que o total de pobres da América Latina cresceu sistematicamente de 1980 até 2002, passando de 135 milhões para 221 milhões, tendo apenas revertido a tendência em 2004, quando o número de pobres caiu para 217 milhões. Já o número de indigentes saltou de um total de 62,4 milhões em 1980 para 97,4 milhões em 2002. Em números relativos à população, a pobreza cresceu de 40,5% em 1980 para 44,0% em 2002 e a parte da população indigente saltou de 18,6% para 19,4%.

**TABELA V**  
**AMÉRICA LATINA: POPULAÇÃO TOTAL POBRE E INDIGENTE**  
1980-2004 (milhões)

ANO	POBRES	INDIGENTES
1980	135,9	62,4
1990	200,2	93,4
1997	203,8	88,8
1999	211,4	89,4
2002	221,4	97,4
2004	217,4	87,6

Fonte: Relatório da CEPAL: Panorama Social de América Latina 2006. Nações Unidas, 2007, p.60.

#### 4. Proposta metodológica:

É preciso lançar mão das reflexões e das variáveis macroeconômicas organizadas pelo economista inglês John M. Keynes para dar início à construção de um experimento científico em ciências sociais capaz de apresentar uma hipótese sobre os fatores determinantes da variação da pobreza na América do Sul.

Para a construção de tal experimento é preciso indagar e identificar quais as variáveis que determinam a variação da pobreza, ou seja, levantar uma hipótese sobre os fatores causadores da pobreza na América do Sul. É plausível supor que a variação da

pobreza (Pb) está associada à variação da renda (Y) e da variação na qualidade de vida da população (Qv), ou seja:

$$\Delta Pb = \Delta Y + \Delta Qv,$$

Isto posto, é preciso saber o que determina a variação da renda ( $\Delta Y$ ) e a variação da qualidade de vida da população ( $\Delta Qv$ ) para tecer uma reflexão sobre a variação da pobreza. Temos de antemão que supor que a variação da qualidade de vida está fortemente associada à variação dos gastos sociais (G). Falta saber quais os fatores que determinam a variação da renda (Y) da população.

A teoria econômica keynesiana foi sistematizada por Paul Samuelson de modo a torná-la de fácil visualização e até de fácil utilização para a reflexão. Desse modo, a determinação da renda (Y) é geralmente associada à seguinte formulação: A variação da renda ( $\Delta Y$ ) é determinada pelo Consumo (C), mais o investimento (I), mais os gastos do governo (G), mais as exportações (X), menos as importações (M), ou seja:

$$\Delta Y \Leftarrow \Delta(C + I + G + X - M)$$

A fórmula acima, que é geralmente aceita nas ciências econômicas e sociais, estabelece quais as variáveis que determinam a variação da renda, que é a variável fundamental, na nossa hipótese, para se determinar a variação da pobreza. Cabe, então, identificar quais as determinações dos itens C, I, G, X e M para então termos uma primeira aproximação ao nosso problema.

É razoável supor, que a variável consumo (C) da classe trabalhadora é determinada pela variação dos salários (w) e dos benefícios sociais (Bs), ou seja, é possível supor, que a renda e a sorte dos membros da classe trabalhadora está fortemente associada aos salários pagos (massa de salários) e aos benefícios sociais existentes que compõe uma espécie de salários indiretos (moradia, educação, saúde, previdência, etc), ou seja,

$$C \Leftarrow W + Bs,$$

Vamos supor também que os W e os Bs são determinados fortemente pelo nível de emprego (N) e a luta de classes ou lutas sociais travadas pelos trabalhadores e o “povo” em geral para elevar suas conquistas e assim melhorar suas condições de vida. Desse modo, chegamos à formulação, que merece destaque, de que os salários W e os benefícios sociais Bs são determinados por N e pelo estado das lutas sociais, portanto:

$C \Leftarrow N$ , lutas sociais (Ls),

Depois de verificarmos a variável consumo (C), vamos lançar um olhar para a próxima variável da nossa primeira fórmula, o investimento (I) para lançar hipótese sobre suas determinações. Como é de conhecimento geral, na teoria keynesiana o investimento (I), ou o gasto dos capitalistas, é determinado pela relação entre as variações da taxa de juros ( $i$ ) e da chamada eficiência marginal do capital (EMK), [ou lucro ( $\Gamma$ )]. A variável poupança (S) é também de relevância no caso de se saber a  $\Delta I$ , e no caso dos países da América do Sul, é preciso considerar a poupança externa, ou seja, os investimentos externos, os empréstimos etc, que gerarão remunerações com impactos que abordaremos mais adiante. No momento vamos supor que os juros ( $i$ ), a poupança (S) e a FBK, ao determinarem o nível de investimento (I) terão um impacto forte na determinação do nível de emprego (N). É preciso considerar também que as variáveis  $i$ , S e o  $\Gamma$ , dependem da política econômica adotada, que por sua vez depende do tipo de governo, enfim da complexa esfera da política, que aqui esta identificada como lutas sociais (Ls). Neste quesito, é possível chegar às mesmas considerações se migrarmos para o campo do marxismo, onde os lucros, juros (e também a renda da terra) são formas de manifestação do excedente econômico, ou mais-valia, que é determinada pela taxa de exploração da força de trabalho (mais-valia sobre capital variável  $m/v$ ), que por sua vez é determinado pela luta de classes. Assim, por diversos caminhos possíveis, chegamos à formulação de que a determinação do investimento (I), está fortemente associada luta social (Ls). Desse modo, a idéia elaborada por Karl Marx sobre a relação do excedente econômico com as lutas sociais ajuda a compreender o aspecto da hipótese ora em construção: a  $\Delta Y$  depende essencialmente da  $\Delta I$  e este tem forte influência das lutas sociais, na medida em que, as mesmas interferem na determinação do excedente econômico, ou seja:

$\Delta I \Leftarrow \Delta Ls$

Passemos agora para a variável relativa aos gastos públicos (G). Vamos supor que os gastos públicos estão associados à variação da arrecadação e ao tipo de governo, mais precisamente, às políticas sociais imprimidas pelos governos, que determinará o volume de gastos em educação, saúde, previdência, habitação, etc, ou seja, os benefícios sociais (Bs) existentes a disposição da população. Assim, os gastos sociais (G) tornam-se uma variável

fundamental para se aferir a variação da pobreza.

As exportações (X), por seu turno, são determinadas, entre outros aspectos, pela política cambial, pela política externa adotada, pela produtividade do trabalho e pela situação do ciclo econômico. E as importações (M) são associadas ao grau de abertura econômica M/PIB, do crescimento econômico, das tarifas alfandegárias, etc. Assim temos que o saldo da balança comercial é de grande importância, pois, termos um fluxo de renda positivo ou negativo que reverterá necessariamente na variação da pobreza ( $\Delta P_b$ ) de um país ou região.

Chegamos então a um momento em que podemos separar o que está nas pontas das cadeias de determinação da explanação acima, ou seja, o nível de emprego (N), as lutas sociais (Ls), os gastos sociais ou gastos do governo (G) e a balança comercial ( $\Delta BC$ ). Assim, se analisarmos a variação das quatro variáveis, teremos um indicador, no sentido de análise, da variação da pobreza ( $\Delta P_b$ ). Então, pode-se formular a hipótese provisória de que a variação da pobreza depende da variação do nível de emprego, das lutas sociais, da variação dos gastos sociais e da variação da balança comercial e chegamos à formulação que sintetiza nossa hipótese preliminar:

$$\Delta P_b \Leftarrow \Delta N, \Delta L_s, \Delta G_s, \Delta BC,$$

ou seja, se analisarmos as variações de N, Ls, Gs e BC, teremos um indicativo da variação da pobreza ( $P_b$ ).

Nossa hipótese estaria apresentada e completa se nossa análise fosse recair sobre os “países desenvolvidos”. Segundo a visão clássica de Celso Furtado, é sempre salutar a busca de inovações ou adaptações da macroeconomia para os países não-desenvolvidos. Portanto, é preciso ousar e adequar a fórmula elaborada a partir de Keynes para a realidade da América Latina. Países da América Latina são exportadores líquidos de capitais na forma de remessas de juros (i), de lucros ( $\Gamma$ ), royalties (r), direitos de assistência técnica (dat), etc. Deste modo, são historicamente, ou estruturalmente, deficitários na conta de serviços. Portanto, é preciso incluir a conta de serviços no cálculo. Desse modo, temos:

$$\Delta Y \Leftarrow \Delta [C + I + G + X - M \pm \Gamma \pm i \pm r \pm (\text{dat})],$$

Sendo [ $+ X - M \pm \Gamma \pm i \pm r \pm (\text{dat})$ ] o saldo do Balanço em Transações Correntes (BTC), temos finalmente:

$$\Delta Y \Leftarrow \Delta [C + I + G + (\pm \text{BTC})],$$

para países subdesenvolvidos, emergentes ou outra designação equivalente.

Assim, chegamos finalmente a nossa hipótese de trabalho de que a variação do nível de emprego (N), das lutas sociais (Ls), dos gastos sociais (Gs) e do saldo do balanço em transações correntes (BTC), determinam a variação da pobreza (Pb). Portanto, ao pesquisar a variação dos mesmos, chegaremos finalmente à determinação dos fatores determinantes da variação, ou elevação, da pobreza no período considerado, ou:

$$\Delta \text{Pb} \Leftrightarrow \Delta \text{N}, \Delta \text{Ls}, \Delta \text{Gs}, \Delta \text{BTC}.$$

Concluindo, é plausível supor que ao analisar as variáveis nível de emprego, lutas sociais, gastos sociais e resultados do balanço em transações correntes, e, depois confrontá-las com a evolução dos índices de pobreza, poderemos confirmar nossa hipótese sobre os fatores determinantes da evolução da pobreza nos países da América do Sul.

#### 5. Bibliografia:

- ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir.(org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AMIM, Samir. “Imperialism and Globalization”. In: *Monthly Review*, Vol. 53, nº 2, Jn. 2001.
- BAER, Werner. “The privatization experience of Brazil”. In: PARKER, David and SAAL, David. *International Handbook on Privatization*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA,
- BAER, Werner. *A Economia Brasileira*, São Paulo: Nobel, 2004.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2000-2001. Attacking Poverty*. New York, Oxford University Press, 2001.
- BANCO MUNDIAL. <http://www.worldbank.org/>.
- BANCO MUNDIAL. “O combate à Pobreza no Brasil” *Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, nº 20475-BR*. Depto. do Brasil, março 2001.
- BARBOSA, Marisa. “O processo de gestão pública da miséria”. Tese de doutorado, UNESP/FCL, 2007.
- BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. “Os determinantes da desigualdade no Brasil”. Rio de Janeiro, *IPEA, texto para discussão nº 377*, jul. 1995.

- BID – Banco interamericano de desenvolvimento, <http://www.iadb.org/>.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIRDAL, N. and M. SZÉKELY. “Poverty, Equity and Social Policy in Latin America”. Working Paper N. 24. Washington, DC: Center for Global Development, 2003.
- BNDES e OCDE. *A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: Editado por Pinheiro, A.C. e Fukasaku, K., 2000.
- BORGES, Maria A. “As vias de desenvolvimentocapitalista: clássica, prussiana e colonial”. *Revista História econômica & História de Empresas*, II. I, Hucitec, 1999;
- BRAGA, José C. S. “Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: TARARES e FIORI, 1997, op.cit.
- CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CARDOSO, Eliana & HELWEGE, Ann. *A Economia da América Latina: diversidade, tendência e conflitos*. São Paulo: Ática, 1993.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desarrollo em América Latina*. México: Século XXI, 1969.
- CASANOVA, Pablo G. *Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEPAL. Panorama social de América Latina. Nações Unidas: 2006.
- CEPAL. <http://www.eclac.cl>.
- CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. dez. 1995
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*, São Paulo: Xamã Editora, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da pobreza. Impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.
- CIMADAMORE, Alberto D. & CATTANI, Antônio David (org.) *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. 2007.
- DIEESE. *Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese.
- DEMO, Pedro. *Combate à Pobreza*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações/Relatório de Pesquisa nº 53/2001.
- ESTENSSORO, Luís. “Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina”. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2003.
- FAJNZYLBBER, Pablo. “What Causes Crime and Violence?”. Washington, DC: World Bank, Office of the Chief Economist, Latin América and the Caribbean, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*, Ed. Artenova, 1977.
- FURTADO, Celso (1989). *Formação Econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional.
- FURTADO, Celso. (1992) “Repensando o Subdesenvolvimento”. *Revista Economia e Sociedade* n. 1, Campinas, ago. 1992.
- GENNARI, Adilson M. “Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90”. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2002.
- GENNARI, Adilson M. “Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra” In: V Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas, Bruxelas. <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/HIST-RI/HIST-RI-2-GENNARI.pdf>, 2007.
- GENTILE, Pablo. (org.) *Globalização excludente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*, São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- GONÇALVES, R. *Globalização e Desnacionalização*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HAYEK, F.A. Von. *O Caminho da Servidão*, 2ª ed., São Paulo, Ed. Globo, 1977, 1ª ed. 1944.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HIRANO, Sedi. “A América Latina dentro da hierarquização do mercado mundial” In: *SOLAR V. América Latina e Caribe e os desafios da nova ordem mundial*. São Paulo PROLAN/USP, 1998, PP. 139-150.
- HOFFMANN, Rodolfo. “Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-97 e a Influência da Inflação e do Salário Mínimo”. IE-UNICAMP, Jan. 2000.
- IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- IDB Document: Seminar: “Inequality, Exclusion and Poverty in Latin America and the Caribbean: Implications for Development”. *Social cohesion in Latin America and the Caribbean*. Brussels, 2003.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. [www.undp.org/hdro/indicators.html](http://www.undp.org/hdro/indicators.html).
- KAY, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London, Toutledge, 1989.
- KEYNES, John M. *A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda*.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2000.
- KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LANGONI, Carlos G. *A Nova América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- MARINI, Ruy M. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- MORELEY, S. “Distribution and Growth in Latin América in na Era of Structural Reform: The Impact of Globalization. *Technical Paper N. 184*. OECD, Paris, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica à economia política*.
- MATOSSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MELLO, João M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MERCOSUL. [www.rau.edu.uy/mercosur](http://www.rau.edu.uy/mercosur).
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- MORA-ALFARO, Jorge. Socio economic development and poverty in Latin America and the Caribbean. MPRA, *Paper n. 1529*, january 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. *Os Direitos do Antivalor - A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OUTHWAITE, W. “The EU and its Enlargements: Cosmopolitanism by Small Steps. University of Sussex, UK.
- PIORE, M. e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*, Nova York: Basic Books, 1984.
- PNUD. Superar la Pobreza Humana. Informe Del PNUD sobre la pobreza. Nova York, PNUD, 2000. (AL: <http://www.undp.org/rblac/index.htm>).
- POMPEU, Renato. “Esquerda, Governo e Poder na América do Sul”. *Revista Caros Amigos*, Ano X, N. 119, fev. 2007.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1953.
- RISEK, Cibele. “Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa” In: *Estudos de Sociologia 21*. UNESP/FCL, 2006.
- ROCHA, Sônia. “Medindo a pobreza no Brasil”. In: LISBOA, Marcos e MENEZES-FILHO, Naércio (orgs.). *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001, pp. 51-78.
- ROCHA, Sônia. “Crise, Estabilização e Pobreza”, *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm>.
- SADER, Emir.(org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Biotempo, 1999.
- SAMUELSON, Paul. *Introdução à Análise Econômica*.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à consciência Universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. São Paulo: contexto, 1998.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOARES, Laura T. R. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. São Paulo: Contexto, 1998.
- TOURANI. Alain. *Palavra e Sangue: política e Sociedade na América Latina*, Campinas: Traj. Cultural/unicamp, 1989.
- URANI, André. “Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin América During the 1990’s”. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº 445, out. 1996.